

Resenha do livro: PALADINO, Mariana e RUSSO, Kelly (Org.). Ciências, Tecnologias, Artes e Povos Indígenas no Brasil: subsídios e debates a partir da Lei 11.645/2008. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. 248 p.

**Luciana Abreu<sup>1</sup>**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O livro 'Ciências, Tecnologias, Artes e Povos Indígenas no Brasil: subsídios e debates a partir da Lei 11.645/2008' é uma coletânea com textos de pesquisadores da temática sobre a implantação da lei que torna obrigatória a inclusão no currículo da educação básica, a cultura e a história dos povos indígenas no Brasil. A coletânea destina-se aos docentes da Educação Básica como ferramenta para reflexão sobre as questões indígenas e como tem sido o percurso de implementação da Lei 11.645/2008, no tocante aos povos indígenas.

A interculturalidade como ponto chave do livro conceitua que culturas se transformam ao ter contato com outras num processo histórico. O livro se propõe a problematizar o silenciamento que a cultura indígena vivenciou dentro do ambiente escolar, além de também pensar como a diversidade pode se tornar uma alternativa em sala de aula.

O livro é composto por capítulos sendo divididos em 'Parte I' e 'Parte II'. A primeira parte é composta por sete artigos tendo como foco discutir como a temática indígena é trabalhada nas escolas. O livro se apoia sobre o pressuposto da interculturalidade crítica, percebendo as culturas de maneira dinâmica: elas reconfiguram durante os processos históricos e são influenciadas por meio da hibridização cultural. Nesta perspectiva não podemos negar as relações de poder e disputa além de haver o reconhecimento da existência de culturas hegemônicas que tentam silenciar as culturas minoritárias.

Um dos assuntos levantados no livro se trata de pensarmos como a representação estereotipada dos indígenas justificou a dominação ao longo de nossa história, o indígena sendo visto ora como selvagem ora como um incapaz continua servindo como um dos motivos que estes não tenham seus direitos garantidos, perpetuando a invisibilidade dos povos indígenas em nossa sociedade.

Outro assunto tratado nesta primeira parte se trata da problematização sobre a postura eurocêntrica que nossas escolas possuem e como trabalham com a visão homogênea do índio: a concepção de 'índio que vive em oca' é um dos assuntos do livro destacando como esta visão se perpetua nas práticas escolares pedagógicas.

O conhecimento e diálogo são as maneiras para a superação das discriminações existentes, pois ainda temos uma necessidade de compreender que a cultura indígena possui especificidades como qualquer cultura não sendo de maneira nenhuma inferior.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [lu.izis.abreu@hotmail.com](mailto:lu.izis.abreu@hotmail.com)

O diálogo intercultural é o ponto alto desta primeira parte destacando como as diferenças em sala de aula podem ser aliadas no pedagógico: há destaque para a importância da construção de um diálogo que envolva o respeito à diversidade cultural, numa perspectiva de que o reconhecimento e a valorização das diferenças que são elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa.

A segunda parte do livro é composta por artigos que se voltam para pesquisas e experiências de inclusão da temática indígena no trabalho pedagógico. O leitor nesta parte tem uma apreciação de conhecimentos indígenas que muitas vezes não são abordados nas escolas, como por exemplo, a forma como o povo Guarani Mbyà estuda a astronomia, que na visão trabalhada pelo livro é uma alternativa para a valorização indígena no espaço escolar.

Há também um destaque para a etno-matemática nos povos indígenas e sua importância: entender que o conhecimento lógico-matemático como algo cultural nos permite perceber a matemática desenvolvida fora do espaço hegemônico não é menos elaborada, além disso, trabalhar este saber torna os conhecimentos escolares mais ricos pedagogicamente.

Para concluir, são trazidas diversas problematizações sobre a questão indígena, como a representação estereotipada e versão histórica da visão do colonizador que são trabalhadas nas escolas. Além disso, os autores trazem contribuições para o trabalho pedagógico para a implantação da Lei 11.645/2008.

A leitura nos ajuda a compreender que a Lei quando assumida numa postura intercultural crítica poderá ser uma aliada para a disseminação da cultura indígena na escola, visto que permite compreender a diversidade cultural em nosso país como de grande importância não apenas para os indígenas, mas como um resgate da memória da história do Brasil que sempre nos fora contada a partir de uma posição eurocêntrica.